

## **A INCLUSÃO ESCOLAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ESCOLA REGULAR DE ENSINO NO MUNICÍPIO ARAPIRACA, ALAGOAS, BRASIL**

*LA INCLUSIÓN ESCOLAR: DESAFÍOS Y POSIBILIDADES EN LA EDUCACIÓN REGULAR DEL MUNICIPIO DE ARAPIRACA, ALAGOAS*

**MARIA DE LOURDES RIBEIRO DA SILVA ALVES<sup>1</sup>**

**Resumo:** Esta pesquisa tem como tema central a inclusão escolar: desafios e possibilidades na escola regular de ensino no município Arapiraca, Alagoas. O Atendimento educacional especializado para a inclusão escolar tem sido tema de diferentes pesquisas, despertando o interesse de vários pesquisadores do Brasil e do mundo, neste estudo o foco é a inclusão educacional desses alunos. O objetivo foi analisar o processo de inclusão de alunos de uma Escola Municipal no município de Arapiraca, Alagoas, sob a perspectiva dos professores. A metodologia é do tipo descritiva, bibliográfica, qualitativa, não experimental. A população e amostra da pesquisa são os professores da referida Instituição Escolar, o instrumento da pesquisa é análises documental. Conclui-se com esta pesquisa que a escola tem potencial vasto como um instrumento de possibilidades que estimular a aprendizagem dos alunos com um CID 10 o que permitirá que eles possam melhorar a qualidade de aprendizagem.

**Palavras-chave:** Inclusão. Professores. Alunos, Ensino-aprendizagem, Educação.

**Resumen:** *Esta investigación tiene como tema central la inclusión escolar: desafíos y posibilidades en la escuela regular del municipio de Arapiraca, Alagoas. La asistencia educativa especializada a la inclusión escolar ha sido objeto de diferentes investigaciones, despertando el interés de varios investigadores de Brasil y del mundo, en este estudio el foco es la inclusión educativa de estos estudiantes. El objetivo fue analizar el proceso de inclusión de estudiantes de una Escuela Municipal del municipio de Arapiraca, Alagoas, desde la perspectiva de los docentes. La metodología es descriptiva, bibliográfica, cualitativa, no experimental. La población y muestra de investigación son docentes de la Institución Escolar antes mencionada,*

---

<sup>1</sup> Maestría en Ciencias de la Educación - Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación - Universidad Autónoma de Asunción E-mail: [malu020775@gmail.com](mailto:malu020775@gmail.com)

*el instrumento de investigación es el análisis documental. Se concluye de esta investigación que la escuela tiene un gran potencial como instrumento de posibilidades que estimule el aprendizaje de los estudiantes con un CIE 10 lo que les permitirá mejorar la calidad del aprendizaje.*

**Palabras Claves:** *Inclusión. Profesor alumno, Enseñanza-aprendizaje, Educación.*

## **I. INTRODUÇÃO**

A história da humanidade é marcada por conflitos e crises relacionadas ao respeito e à aceitação das diferenças. Durante séculos, as pessoas com deficiência foram deixadas fora do seio social e impulsionadas a viverem à margem da sociedade, por não serem aceitas mediante os padrões que eram impostos. Se a sociedade não aceitava as pessoas com deficiência, a escola reproduzia o mesmo papel, pois não foi pensada para todos, mas sim para uma elite, a qual não permitia abertura do seu espaço para as diferenças.

Nesse contexto, as pessoas com deficiência sofreram diversos tipos de preconceitos, viveram durante muito tempo de forma segregada, vistos como incapazes, sem inteligência, sem direito de frequentar a escola e de participar de qualquer segmento da sociedade. Entretanto, nas últimas décadas, através dos esforços dos movimentos sociais humanistas, bem como de uma mudança na visão de muitos teóricos que apontaram uma educação de qualidade para todos, direitos iguais para todos os cidadãos, alguns avanços foram conquistados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96) estabeleceu, entre outros princípios, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e recomendou que a educação para pessoas com deficiência ocorresse, preferencialmente, na rede regular de ensino; isso promoveria a inclusão no ambiente escolar de fácil acesso para todos. O processo de inclusão requer substanciais mudanças na escola, mas também ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas na defesa do direito a uma educação de qualidade para todos.

Isso representa não só o acesso à escola, mas a permanência no ambiente escolar em condições de igualdade, aprendendo, participando com ações de respeito

mútuo e sem nenhum tipo de discriminação. Buscando responder a seguinte problemática: Quais as percepções docentes sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência?

Para responder a essa problemática a pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo de inclusão de alunos na escola sob a perspectiva dos professores. Os objetivos específicos da pesquisa foram: investigar a formação e preparo dos professores das escolas de ensino regular do município de Arapiraca, Alagoas sobre a educação inclusiva; descrever as políticas públicas inclusivas no contexto da educação brasileira; analisar as percepções docentes sobre a inclusão de crianças com deficiência no ensino regular.

Como hipóteses anteriores a pesquisa foi sugerido que no processo inclusivo de crianças especiais deve haver grandes desafios para os docentes; que nas últimas décadas foram conquistadas políticas públicas inclusivas no contexto educacional, mas que ainda existe muito a ser feito para que a inclusão de fato aconteça e que as percepções docentes sobre o processo de inclusão de alunos especiais sejam cercadas de dúvidas e inseguranças, por ser um tema de certa forma recente nas salas de aula.

O interesse pelo tema justifica-se do surgimento de minha própria experiência como professora e tenho como motivação compreender melhor quais são os desafios que cercam o aluno com deficiências e o trabalho desenvolvido por mim e pelos colegas professores que atuam diretamente com essas crianças e através dessa investigação levantar quais as possibilidades de desenvolvimento de um trabalho pedagógico inclusivo e de qualidade.

## **1. LEGISLAÇÃO E HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Neste capítulo discorre sobre a história da educação inclusiva, abordando o processo necessário para que a inclusão dos alunos com deficiências nas salas regulares, do ensino aconteça. Ainda salienta sobre a relação dos professores com o processo de inclusão, apontando as dificuldades sentidas pelos mesmos.

A educação inclusiva é um desafio para a história da educação, principalmente quando se trata de educação especial, ao longo do processo de desenvolvimento histórico, fica evidente que os ideais de uma educação incorruptível aos sistemas

regulares de ensino são um assunto a ser desvendado a cada dia e a ser melhorado no transcorrer dos tempos, de acordo com as necessidades encontradas ao longo do caminho.

Após uma das primeiras LDBs que foi regulamentada em 20 de dezembro de 1961, lei 4.024/61 através do art.88, menciona que, “a Educação dos Excepcionais, deve no que for possível enquadrar-se no sistema geral de educação a fim de integrá-los na comunidade”. Mas apesar de tantas pesquisas feitas, após tantos anos, hoje em dia, ainda se analisa que a escola pública se encontra com dificuldades para implantar as normas que são regidas pelas leis de inclusão, é um processo de muita discussão no meio educacional. Mesmo sendo oferecidos subsídios financeiros por parte de programas governamentais.

Sendo um assunto hoje bastante discutido pelos meios de incentivos Educacionais, o aluno com síndrome, como tantos outros diagnosticados com estas particularidades que precisam ser incluídos e sofrem com as adaptações deste processo inclusivo nas escolas das esferas estaduais, municipais e particulares, pois as mesmas não estão adaptadas para recebê-los como cidadãos incluídos dentro dos seus sistemas educacionais, sendo obrigados muitas vezes, a se moldarem as necessidades do aluno.

O inglês Peter Mittler, no seu livro *Inclusão Escolar e Educação Especial* nos fazem entender que precisamos olhar a educação inclusiva com outros parâmetros que os docentes estavam acostumados a vivenciar, e assim diz para melhor explicita.

O obstáculo principal para a inclusão subjaz às crenças e às atitudes, e não à ausência de prontidão das escolas e dos professores. Portanto é preciso realizar uma boa avaliação prévia de cada caso particular e montar um plano de estudo destinado aquele aluno. São as atitudes que precisam ser vistas (Mittler. 2003, p.182).

Ao longo de muito tempo as pessoas que nasciam com alguma síndrome geralmente não eram vistas como seres sociáveis, daí a necessidade de criar leis regulamentadoras que possibilitasse a convivência e a socialização das referidas pessoas quer sejam na sociedade quer sejam nas escolas. Como todo processo educativo caminha devagar, mas não estaciona, este foi outro que sofreu mutações ao decorrer dos tempos, e daí buscou-se criar atitudes e metodologias que viessem a corroborar para uma valiosa inclusão escolar e conseqüentemente social.

No entanto, percebemos que a cada dia, os desafios são inúmeros não sendo

possível deixar de refletir sobre o assunto, principalmente porque frequentemente nos deparamos com a necessidade de estarmos nos reinventando para receber os alunos com algum tipo de Transtorno em nossas salas, e para isso é fundamental fazermos o processo inclusivo merecido e necessário. Ficando notório que este aluno precisa de um olhar mais apurado no seu processo de escolarização, inclusão e socialização.

Os referidos alunos com capacidades intelectuais diferenciadas muitas vezes não têm suas habilidades reconhecidas, e mesmo assim superam seus limites com dotações específicas em uma única área, e assimilam tão bem que os coleguinhas de turma não conseguem acompanhá-los, são características específicas dos alunos autistas. Ficando evidente a importância do aprimoramento de todos os eixos da esfera Escolar.

O processo inclusivo do aluno é uma política pedagógica que toda comunidade escolar deve estar comprometida para que o mesmo possa acontecer de maneira efetiva e projetada na instituição que deve estar pautada em opiniões diversas respeitando e interagindo em suas bases, para que o aluno possa se sentir dentro da normalidade que o ambiente exige não se sentindo diferentes dos demais membros que compõe a referida escola.

Paulo Freire já questionava as instituições democráticas e suas certezas, para que estas não se tornem nem diferentes, nem discriminatórias e nem tampouco distante das éticas reguladoras, porque afinal precisa-se pensar primeiro para depois agir em busca do certo e para melhor explicitar cito-o:

Só, na verdade, quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pensa errado é quem pode ensinar a pensar certo. É uma das condições necessárias a pensar certo é não estarmos demasiado certos de nossas certezas (Freire. 2001, p.30).

Na verdade, a educação seja inclusiva ou não ela requer um olhar reflexivo sobre o pensar certo ou errado, mesmo que se revejam inúmeras vezes estes pensares, porque nada no processo educativo e inclusivo está pronto e acabado. Estas verdades se encontram em entrelinhas na citação enfática do autor citado e nos traz clareza da importância de estarmos sempre em processo de mudança no que se referem também mudanças ocorridas dentro da inclusão.

Pressupõem que as transformações da filosofia e da educação devem estar vinculadas, ao diálogo e especialmente as práticas Freirianas, pois se trata de um

método de ensino baseado na ética que respeita a dignidade e a autonomia dos alunos, especialmente das novas instituições de ensino a qual tem o dever de incluir o educando ao seu meio, não só o aluno tido como normal, mas todo que a ela adentrar muitas vezes, se configura em sonhos, utopias, e se concretizam transformando escolas tradicionais em escolas que incluem a todos.

Este é um grito de liberdade, é um processo de restauração da profissão e do profissional, durante o processo de agregação que pode ser de longo prazo, ou o mesmo ter um desenvolvimento, que não seja tão esperado. Freire prega uma educação que favoreça a todos que a buscam.

## **2. Políticas públicas sobre Inclusão no Brasil**

O acesso à educação e o direito à aprendizagem são garantias constitucionais universais, ou seja, previstas a todos os brasileiros como dever do Estado e da família. A diversidade de experiências, habilidades, contextos e capacidades entre estudantes é uma realidade que deve ser celebrada através de práticas educacionais inclusivas. Nas últimas décadas, a insistência em modelos pedagógicos padronizados demonstrou ser pouco eficiente, de modo que o presente e o futuro da educação consistem na promoção da diversidade como um valor inegociável. Quanto mais respeitados em suas diferenças, mais os estudantes e educadores avançam, sejam eles pessoas com ou sem deficiência.

Segundo a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) estabelecem que os alunos com deficiência devam estudar de preferência nas escolas regulares e que todos têm direito à educação. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos (Unesco, 1990) realizada em Jomtien na Tailândia, fixou metas para melhorar a educação de crianças e jovens com deficiência.

A “educação de qualidade para todos” nos direciona a inclusão total, incondicional, de todos os discentes às escolas de seu bairro, como cita a Declaração de Salamanca (1994), e que ultrapassa o âmbito dos estudantes com deficiência englobando-os sem dúvida.

Em outras palavras, este especial qualifica as escolas que são capazes de

incluir os discentes excluídos, indistintamente, descentrando os problemas relativos à inserção total dos estudantes com deficiência e focando o que realmente produz situação lamentável de nossas escolas. Para esse serviço é direcionado um (a) professor (a), com atribuições e funções específicas no AEE, que conferem centralidade ao seu trabalho em relação às condições para a aprendizagem do estudante da Educação Especial, já que, conforme o Artigo 13 da Resolução nº 4/2009, a este professor cabe:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de Didática e Prática de Ensino no contexto político contemporâneo: cenas da Educação Brasileira acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (Brasil, 2009, Art. 13).

A formação de educadores para a inclusão escolar de discentes com necessidades educacionais especiais não deve se restringir a torná-los conscientes das potencialidades destes estudantes, mas também de suas próprias condições para desenvolver o processo de ensino inclusivo. No trabalho do docente do atendimento educacional especializado (AEE), o mesmo exerce um papel necessário na construção do conhecimento destes indivíduos.

Contudo, existem outras concepções sobre o papel das instituições especializadas, classes especiais e serviços de apoio e atendimento especializado, as quais postulam que a educação inclusiva é aquela que oferece condições de acessibilidade as crianças, jovens e adultos com deficiência na escola comum, e que oferecem atendimento educacional especializado como apoio suplemento ao ensino regular. Dentro dessa concepção, percebe-se que o atendimento especializado não deve ser extinto da Educação Especial, mas deve funcionar como complemento ao ensino regular.

Quadro 1: Marcos Político das Leis da Educação Inclusiva no Brasil.

Ano 1961	Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 4.024/61 respalda o atendimento educacional às pessoas com deficiência, preferencialmente no sistema geral de ensino.
Ano 1971	De acordo com a Lei nº 5.692/71 define tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados.
Ano 1988	Baseado na Constituição Federal - No artigo 208, estabelece como dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
Ano 1989	Firmado na Lei nº 7.853/89 Constitui como crime "recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência" (Brasil 1989, 3).
Ano 1990	Conforme a Declaração Mundial de Educação para Todos - Proclama a necessidade de "medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo" (Brasil 1990, 4).
Ano 1994	De acordo com a Declaração de Salamanca - Avança na busca pela Educação Inclusiva, demandando dos Governos o "aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais" (Brasil 1994, 1). Ainda com Política Nacional de Educação Especial - dispõe sobre o acesso às classes comuns do ensino regular por alunos que demonstrem condições de acompanhar as atividades da turma.
Ano 1996	Diante da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96 - Considera a existência, quando necessário, de "serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial" e, ainda, que "o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular" (Brasil 1996, 18).
Ano 1999	Conforme o Decreto nº 3.298/99 - Regulamenta a Lei nº 7.853/89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Preconiza "a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino" (Brasil 1999, 7).
Ano 2001	Baseado na Resolução CNE/CEB nº 2/2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - "Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos" (Brasil 2001, 1). Ainda na Lei nº 10.172/01 - Plano Nacional de Educação (PNE) - Apresenta diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas para a Educação Especial, entre outros. Confirmado na Convenção da Guatemala (1999) - Decreto nº 3.956/01 - Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Ano 2002	De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1/2002 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica - Formação voltada ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. A Lei nº 10.436/02 - Reconhecimento, como meio legal de comunicação e expressão, da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A Portaria nº 2.678/02 - Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa.
Ano 2005	Conforme o Decreto nº 5.626/05 - Dispõe da inclusão da Libras como disciplina curricular, da formação do professor e do instrutor de Libras, entre outros, com vistas à inclusão do aluno surdo.

Ano 2006	Firmada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Estabelece que os Estados Partes devem assegurar que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência. Baseado no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
Ano 2007	De acordo com o Decreto nº 6.094/07 - Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Entre as diretrizes, está "garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas" (Brasil 2007). Conforme a Portaria Normativa nº 13/07 - Dispõe sobre a criação do "Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais".
Ano 2008	Diante da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - Apresenta as diretrizes que respaldam políticas públicas voltadas à inclusão escolar. Firmado no Decreto nº 6.571/08 - Dispõe sobre o atendimento educacional especializado - Revogado pelo Decreto nº 7.611/11.
Ano 2009	Baseado na Resolução CNE/CEB nº 4/2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.
Ano 2014	De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/14 estabelece metas e estratégias para a efetivação do sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.
Ano 2015	Em conformidade com a Lei brasileira de inclusão (LBI) Site externo, que traz uma série de inovações, como a proibição da negação de matrícula e de cobrança de taxas adicionais em casos de estudantes com deficiência.
Ano 2019	De acordo com o Decreto Nº 9.465. Cria a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, Extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

**Fonte:** Brasil (2006).

Meta a ser alcançada, a educação inclusiva é responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A União tem função redistributiva e supletiva, de modo a garantir a equalização de oportunidades educacionais e qualidade de ensino, mediante assistência técnica e financeira a esses entes, conforme enuncia o art. 211 da Constituição Federal.

Marcos Político das Leis da Educação Inclusiva no Brasil consiste em um conjunto de ações, a serem definidas, pelo governo Federal brasileiro voltada à potencialização da inovação no cenário brasileiro, tanto para a esfera pública (instituições) quanto para a esfera privada (instituições privadas).

A Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva é um marco regulatório para a garantia da matrícula das pessoas com deficiência na escola comum, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de aplicar esses

conhecimentos na Educação Básica.

O discente com deficiência constrói conhecimentos exercitando sua atividade que é estimulada pela intervenção intencional desse docente. A lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146, sancionada em 6 de julho de 2015, vem nos mostrar alguns direitos básicos da criança com deficiência, essa lei foi criada justamente para suprir algumas necessidades básicas, para tratar de inclusão, aceitabilidade e visibilidade, não só no âmbito escolar como também social.

Acima de tudo, a lei preconiza que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação” (Brasil, 1988, p.1).

O ofício de docente não pode mais ser visto somente como vocação, e sim como profissão que requer muito estudo, reflexão e uma prática realmente transformadora. A capacitação do docente é um dos meios de iniciar a mudança na qualidade do ensino para criar contextos educacionais inclusivos, capazes de propiciar a aprendizagem de todos os indivíduos, respeitando: ritmos, tempos, superando barreiras físicas, psicológicas, espaciais, temporais, culturais, dentre outras.

Ou seja, do princípio de igualdade entre todos. Alguns estudiosos do campo da Educação Especial defendem que a abertura dada nos textos legais para a existência de atendimento educacional especializado tem gerado um sentido dúbio da Educação Especial (Mantoan, 2008, p.30), ou seja, propõe-se a inclusão de todos na escola regular, mas, ao mesmo tempo, é assegurado o atendimento especializado.

## **II. METODOLOGIA**

Esta pesquisa que tem como objetivos analisar a inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais, seus desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil. Segue seguiu a seguinte metodologia abaixo que, por meio da mesma, possibilitou que todos os objetivos estabelecidos na pesquisa fossem alcançados considerando os resultados que serão no próximo capítulo relatados e discutidos.

### **Problematização da pesquisa**

A educação de alunos com D.I. levantam algumas situações problemáticas que fomentam perguntas e questionamentos sobre como enfrentar as dificuldades que passam os alunos com DI e, como diminuir ou abonar essas dificuldades. Com estes questionamentos elaboramos o seguinte problema: Quais são os desafios enfrentados pelos alunos com DI no ensino Fundamental Escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas, Brasil?

### **Objetivos da pesquisa**

**Objetivo Geral da pesquisa:** analisar o processo de inclusão educativa e social dos alunos com necessidades intelectuais, seus desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas.

*Os objetivos Específicos da pesquisa:* 1) Identificar os desafios enfrentados pelos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré; 2) Analisar a legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental; 3) Determinar as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré.

### **Local da Pesquisa**

A Instituição Escolar: A Escola De Ensino Fund. Maria De Nazaré se localiza em: R Claudio De Albuquerque Lima, 2055- São Luiz I, Arapiraca – Alagoas. Oferece toda a estrutura necessária para o conforto e desenvolvimento educacional dos seus alunos, como por exemplo: Internet, Banda Larga, Laboratório de Informática, Pátio Coberto, Pátio Descoberto, Área Verde, Sala do Professor e Alimentação.

### **Tipo de Pesquisa**

Do *Tipo Descritiva* – Segundo Maia (2010), porque o seu alcance é descrever especificamente quando e onde as propriedades, características e razões do fenômeno (acima citado) ocorrem. Segundo Kauark, Manhães e Souza (2010) “a pesquisa descritiva visa descrever as características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A *ênfase metodológica* é qualitativa, no enfoque qualitativo se seleciona quando se busca compreender a perspectiva dos participantes (indivíduos o grupo pequeno de pessoas que se investigará) sobre dos fenômenos que os rodeiam, aprofundar suas experiências, perspectivas, opiniões e significados, ou seja, a forma em que os participantes percebem subjetivamente sua realidade (Hernandez Sampieri, 2010). Isto será realizado por meio dos instrumentos: grupo de discussão (entrevista estruturada), pauta de observação e questionários fechados baseados na escala de Likert.

Desenho não experimental - se realiza sem manipular deliberadamente variáveis, ou seja, se trata de estudos onde não fazemos variar em forma intencional as variáveis independentes para ver seu efeito sobre outras variáveis. O que fazemos na pesquisa não experimental é observar fenômenos tal como se dão em seu contexto natural, para posteriormente analisá-los (Hernandez Sampieri, 2010).

### **População e Amostra da pesquisa**

A população foi de 18 sujeitos onde conta com os docentes que fazem parte do quadro funcional do Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré em Arapiraca. Assim, os atores investigados nesse processo fazem parte de uma amostra formada por 18 (dezoito) professores da Escola Maria de Nazaré, que atendem alunos com DI. Os professores escolhidos para participar da pesquisa foram aqueles que atendem alunos com DI na referida escola.

Tabela 01: População e amostra da pesquisa

População e amostra da pesquisa (Professores)	
População	18
Amostra	16

O cálculo da amostra foi realizado pela calculadora amostral no seguinte site: <https://comentto.com/calculadora-amostal/> e no site: [www.aquare.la/o-que-e-amostragem/](http://www.aquare.la/o-que-e-amostragem/). Da população de 18 participantes tivemos a amostra de acordo os cálculos da calculadora amostral: população 18 sujeitos, erro amostral 7%, nível de confiança 95%, distribuição da população de 80/20, que deu o resultado da amostra de 16 sujeitos.

### **Instrumentos e Coleta de Dados da pesquisa**

Os *instrumentos* utilizados para a coleta de dados da pesquisa foram 1 (um) questionário fechado (10 questões), e 1(uma) entrevista aberta (9 questões), os mesmos foram aplicados aos professores com diferentes objetivos na coleta de dados. Os mesmos visam analisar o processo de inclusão educativa e social dos alunos com necessidades intelectuais, seus desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas.

De acordo com Hernandez Sampieri (2010), um questionário consiste em um conjunto de perguntas a respeito de uma ou mais variáveis a medir. A entrevista aberta (estruturada), como cita Sampieri (2010) o entrevistador realiza seu trabalho como base num guia de perguntas específicas e se sujeita exclusivamente a esta (o instrumento prescreve que questões se perguntarão e em que ordem), isso se dá para maior controle da entrevista em um grupo de discurso.

### **Procedimentos para Coletas de Dados**

Foi nesse contexto que os instrumentos para a coleta de dados foram aplicados com início no dia 2 de maio de até o dia 2 de junho de 2023: em primeiro lugar, ao diretor e professoras atuantes da instituição escolar foram entregues ofícios (pedido de autorização para aplicação da pesquisa) onde contém as explicações sobre o objetivo da pesquisa, a solicitação para colaboração e permissão para a realização da pesquisa junto aos professores e pais de alunos da Escola Maria de Nazaré, em seguida foram feitos os esclarecimentos das possíveis dúvidas contidas nos questionários anexados aos seus respectivos ofícios, e finalmente entregues aos informantes selecionados. No dia 2 de maio de 2023, começamos aplicação do *questionário fechado junto aos* professores, em que a pesquisadora explicou cada todo o questionário fechado com 10 perguntas. Depois no dia 8 de maio de 2023, a pesquisadora esteve novamente com os professores, e continuou a aplicação dos instrumentos, dessa vez para aplicar a entrevista aberta (com 9 perguntas), e esclarecendo cada pergunta abordada. Aos participantes, foi garantido anonimato, bem como o resultado da pesquisa após sua aprovação e defesa na Universidad Autónoma de Asunción (UAA).

### III. RESULTADOS

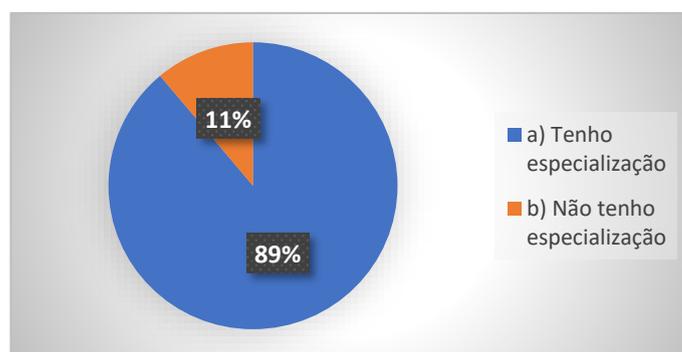
Os instrumentos usados para a obtenção dos resultados foram: um questionário fechado e uma entrevista aberta para os professores. No primeiro momento tivemos dificuldades para a aplicação dos questionários pois alguns professores estavam relutantes em participar da pesquisa, mas ao passar do tempo e por meio de diálogos entre a pesquisadora, e os professores que participaram da pesquisa assim e respondendo ao questionário.

#### **Analises dos Resultados do questionário aplicado aos professores (as) da Escola**

Os resultados deste questionário vêm a responde o objetivo específicos 1 que é: *Identificar os desafios enfrentados pelos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré.*

Analisando o gráfico 1 temos que: *89% dos professores entrevistados responderam que têm especialização em cursos relacionados ao atendimento de alunos especiais e, 11% dos professores responderam que não têm especialização em cursos relacionados ao atendimento de alunos especiais.* Então como podemos comprovar a maioria dos professores tem especialização relacionada a atendimento de alunos com DI.

**Gráfico 01: Você tem especialização em cursos relacionados ao atendimento de alunos especiais?**

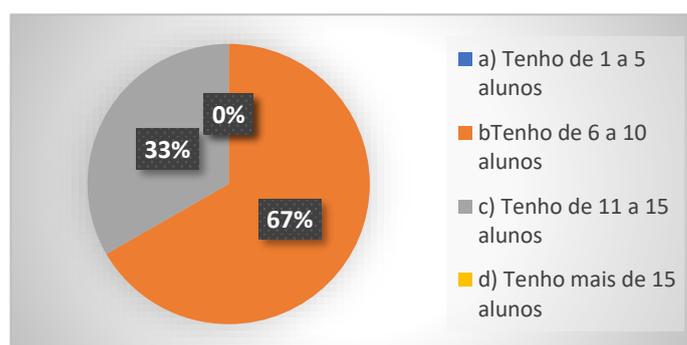


Fonte: Dados da pesquisa.

Diante de tais resultados é importante ressaltar que a capacitação dos professores é de suma necessidade para o atendimento dos alunos com DI, considerando o seguinte contexto, a inclusão educacional aponta a partir de 1994,

com aponta UNESCO (1994), Declaração de Salamanca documento considerado marco do movimento mundial pela inclusão, orientando que as escolas se ajustem às necessidades de todos os alunos, devendo acolher a todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, determinando também que todas as pessoas com incapacidades fossem incluídos em escolas de Ensino Regular.

**Gráfico 02: Você tem alunos que apresentam transtornos específicos no aprendizado da leitura e escrita?**

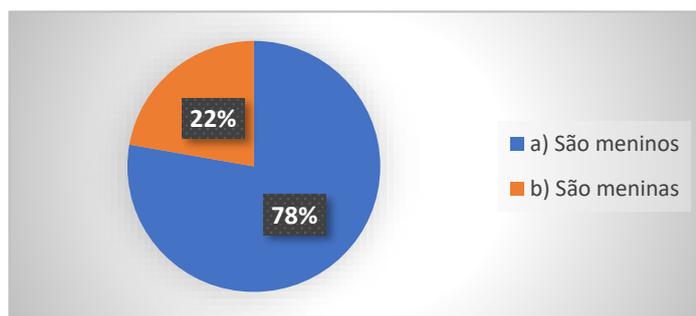


Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando o gráfico 2 temos que: *67% dos professores responderam que seus alunos que apresentam DI estão na faixa etária entre 6 a 10 anos, e 33% dos professores responderam que seus alunos estão na faixa etária entre 11 a 15 anos.* Como vemos os resultados a maioria dos alunos com DI estão na faixa etária entre 6 a 10 anos. É muito importante quando os alunos com DI passam a serem acompanhados desde cedo, ou seja, quando mais cedo começar o atendimento especializado dos alunos com DI, melhores serão os desempenhos do aprendizado dos mesmos.

Infelizmente em muitas cidades brasileiras as condições para o atendimento de crianças com necessidades especiais são mínimas, e também muitas famílias não conseguem matricular seus filhos, às vezes por morarem distantes das escolas ou até mesmo por morarem em cidades que não tem escolas com professores especializados em atendimento de alunos com DI.

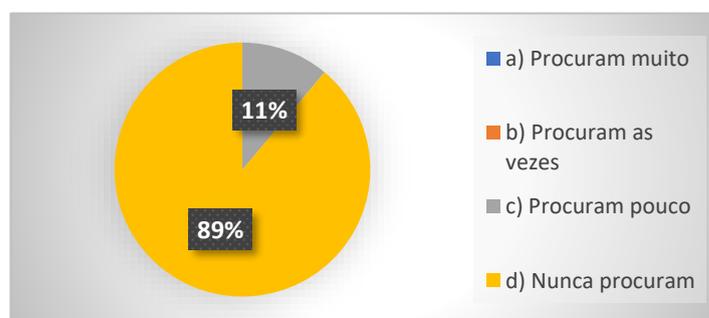
**Gráfico 03: Seus alunos que apresentam problemas de aprendizagem: são na maioria meninos ou meninas?**



Fonte: Dados da pesquisa.

Passando a analisar o gráfico 4 temos que: *89% dos professores responderam que seus alunos que apresenta dificuldades de aprendizagem nunca têm procurado eles para falar sobre seus problemas (dificuldades), e 11% dos professores responderam que seus alunos que apresenta dificuldades de aprendizagem têm procurado pouco eles para falar sobre seus problemas (dificuldades).* Como podemos entender, os alunos com necessidades especiais não sabem como pedir apoio aos professores, para melhorar seus desempenhos no ensino aprendido.

**Gráfico 04: Os seus alunos que apresenta dificuldades de aprendizagem tem procurado você para falar sobre o problema?**



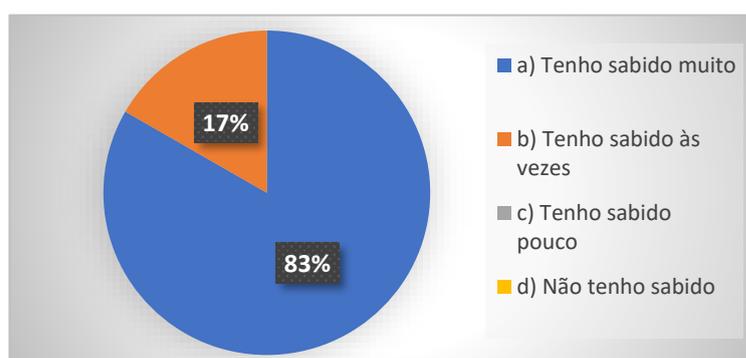
Fonte: Dados da pesquisa.

Quando falamos de alunos/ crianças com necessidades especiais temos que ter o conhecimento o que é considerado crianças com DI, às vezes, esse tema é muito difícil de ser discutido ou aceito pela comunidade educativa ou a família do aluno/ criança com DI. Os professores são como uma ponte para fazer esse contato interessante que irá romper com esse inconveniente entre as partes citadas. Então é bom sabermos contextualizar o que é criança com necessidades especiais. Vejamos a citação abaixo:

[...] a expressão “necessidade educacionais especiais” refere-se a todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam a deficiências ou dificuldades escolares. [...] Neste conceito, terão que incluir crianças com deficiência ou superdotados, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (Brasil, 1994, p. 15)

Seguindo com o análises dos resultados da pesquisa, temos aqui no gráfico 5 que: *83% dos professores responderam que têm sabido lidar com os problemas que seus alunos apresentam no aprendizado da leitura e, 17% dos professores responderam que têm sabido, às vezes, têm sabido lidar com os problemas que seus alunos apresentam no aprendizado da leitura.*

**Gráfico 05: Tem sabido lidar com os problemas que seus alunos apresentam no aprendizado da leitura?**



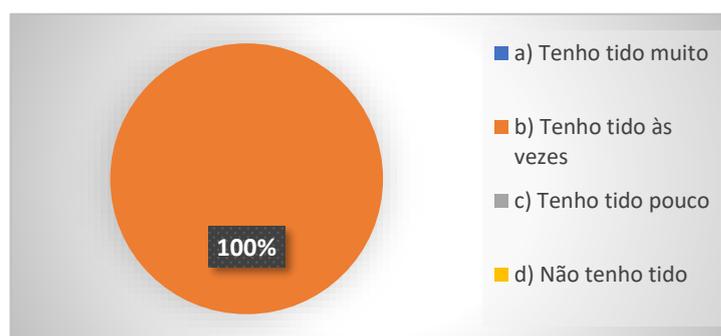
Fonte: Dados da pesquisa.

Sabe-se que algumas atitudes do educador são fundamentais para que a inclusão ocorra de maneira satisfatória, necessitando da participação efetiva do gestor da escola na busca de alternativas e não esperar que as soluções venham de fora, a responsabilidade é de todos. Existe a preocupação em oferecer os cursos de Formação Continuada, mas o que observa é que muitos professores se recusam fazer, para não terem responsabilidade, entretanto quando se deparam com aluno com necessidades especiais na sala de aula justificam-se que não são capacitados para tal.

Chegamos ao análises do gráfico 6 que temos os seguintes resultados: *100% dos professores responderam que têm tido capacitação para acompanhar seus alunos que apresentam problemas de aprendizado na leitura e escrita.* Então como podemos comprovar que a escola tem buscado capacitar seus professores para melhor atender

a seus alunos, não somente aos alunos com DI, mas sim a todos os alunos. Como já sabemos as escolas todos os anos, antes de começarem as aulas, acontece a semana pedagógica que busca promover reflexões sobre a prática pedagógica dos professores e oferece alguns minicursos, capacitações para os seus professores, oferecendo-lhes assim novos recursos, estratégias de ensino, metodologias para trabalhar com seus alunos.

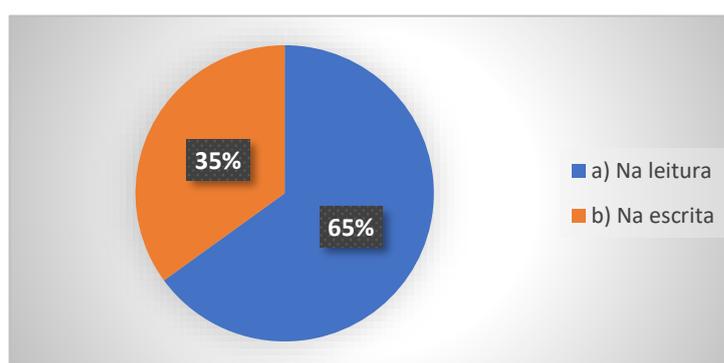
**Gráfico 06: Tem tido capacitação para acompanhar seus alunos que apresentam problemas de aprendizado na leitura e escrita?**



Fonte: Dados da pesquisa.

Ainda sobre a semana pedagógica que é uma formação desenhada para promover a formação continuada dos profissionais da educação (professores e coordenadores), através de discussões pautadas em aportes teóricos relevantes sobre temas emergentes que afetam o cotidiano da sala de aula, bem como o processo de ensino e aprendizagem.

**Gráfico 07: Em que aprendizado seus alunos apresentam dificuldades: na leitura ou na escrita?**



Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando o gráfico 7 temos que: *65% dos professores responderam que seus alunos apresentam dificuldades no aprendizado na leitura e 35% dos professores responderam que seus alunos apresentam dificuldade na escrita.* Como podemos ver a maioria dos alunos com DI apresentam dificuldade na leitura, ou seja,

na fala, então é bom encaminhar o aluno a um fonodólogo, pois como podem apresentar dificuldades na articulação correta dos sons e na fluência verbal. Os fonoaudiólogos oferecem intervenções especializadas, ajudando a aprimorar a clareza da fala e a fluidez da comunicação verbal.

A escola deve ser capaz de atender seus alunos em suas especialidades e singularidades e isso é válido para todos nós, não só para quem possui algum deficiente. Afinal, todas as pessoas apresentam diferentes características, se sobressaem em algumas áreas e apresentam dificuldades em outras, e isso precisa ser respeitado e levado em conta na hora da aprendizagem e do convívio social.

### **Analises dos Resultados da entrevista aberta aplicada aos professores (as) da Escola**

A entrevista aberta foi elaborada com o intuito de responder os objetivos específicos 2 e 3 da pesquisa, que são: objetivo 2) *Conhecer a legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental; e objetivo 3) Determinar as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré.*

Abaixo seguem as perguntas da entrevista aberta que foi aplicada aos professores direcionadas a conhecer melhor as dificuldades que os alunos com DI. Dentre os 13 professores que participaram da pesquisa e responderam a entrevista, selecionamos as melhores respostas para contextualizar nos resultados e discussões. Vejamos os resultados que estão representados em tabelas e, conseqüentemente estão analisadas segundo os objetivos já mencionados anteriormente neste capítulo:

Tabela 02: Você tem curso de especialização? Qual o curso?

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>
P-1	- <i>Especialização em Educação Especial e Inclusiva</i>
P-2	- <i>Em Educação Especial, em Libras, em TEA e TEG, Educação profissional</i>
P-3	- <i>Em Educação Especial e Inclusiva</i>
P-4	- <i>Sim, em Educação Especial.</i>
P-5	- <i>Sim, em Educação Especial.</i>
P-6	- <i>Sim, em Psicopedagogia.</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a tabela 2 temos os resultados: *a maioria dos professores que participaram da pesquisa tem especialização em educação inclusiva.* Vejam como é importante termos professores capacidade para dar atendimento aos alunos com DI.

Como já sabemos a formação e qualificação dos professores que trabalham com alunos especiais é de suma importância e aqui temos um grupo de professores capacitados, mesmo que os mesmos ainda tenham necessidade de atualizações acadêmicas e apoio ao atendimento aos alunos com DI.

A formação e capacitação dos professores assegura como que a escola trabalhar numa perspectiva do respeito, obter o respeito. Uma escola que desenvolve uma política inclusiva está plantando a semente para uma sociedade desprovida de preconceito, com noções mais igualitárias. Não basta apenas garantir a inclusão na sala de aula. A Carta para o Terceiro Milênio assegura “[...] os direitos das pessoas com deficiência, mediante o apoio ao pleno empoderamento e inclusão delas em todos os aspectos da vida” (Brasil, 2007, p. 5), quebrando as algemas da discriminação, do preconceito e da homogeneidade das pessoas, percebendo que todos os sujeitos, com necessidades especiais devem viver como seres capazes e ativos em uma sociedade.

Tabela 03: Quais as maiores dificuldades que você tem encontrado em trabalhar com seus alunos que apresentam transtornos de aprendizado na leitura e escrita?

Participante	Resposta
P-1	- Com a falta de materiais didáticos adequados aos alunos com DI, pois cada aluno tem uma dificuldade diferente que precisa ser trabalhada particularmente.
P-2	- A principal dificuldade é a falta de interesse por parte dos alunos, eles pouco se esforçam para aprender. Em segundo lugar, está a falta de participação e compromisso da família no processo de aprendizagem dos filhos.
P-3	- Se as famílias ajudarem, participarem de perto do aprendizado de seus filhos, com certeza teríamos menos dificuldades em trabalhar com os alunos. falta também esse interesse por parte de algumas famílias.
P-4	- São muitas as dificuldades, mas a maior dificuldade mesmo é a falta de preparo que as vezes não temos para receber e atender os alunos adequadamente.
P-5	- Não é fácil trabalhar com alunos com DI quando não se tem materiais e preparação a nível de cada necessidade.
P-6	- A falta de cursos voltados a educação especial.

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a tabela 3 temos os seguintes resultados que: *os professores entrevistados responderam que suas maiorias dificuldades encontradas em trabalhar com seus alunos são a falta de materiais didáticos adequados, dificuldade é a falta de interesse por parte dos alunos, eles pouco se esforçam para aprender, a falta de participação e compromisso da família no processo de aprendizagem dos filhos, é a falta de preparo que as vezes não temos para receber e atender os alunos adequadamente, a falta de cursos voltados a educação especial.* Como podemos ver os professores apresentam algumas dificuldades para trabalhar adequadamente com

seus alunos com DI, e algumas dessas dificuldades se pode resolver juntamente com a coordenação da escola e a secretaria municipal de educação da cidade, ou seja, a escola junta a secretaria de educação pode oferecer capacitações inovadoras para os professores.

Como expressão os professores que uma das dificuldades é a participação dos pais dos alunos na educação dos filhos. A escola, para ser inclusiva e conseguir concretizar as metas a que se propõe, deve romper barreiras de preconceito, expandir seus limites para além dos muros e trazer para seu interior os pais dos seus alunos e toda comunidade a que pertence, os quais podem colaborar nos serviços de apoio e de conscientização de seus direitos e deveres.

Tabela 04: Quando percebe que um de seus alunos apresenta transtorno de aprendizado você o encaminha logo para o setor responsável da escola?

<b>Participante</b>	<b>Resposta</b>
P-1	- <i>Sim, eu encaminho um pequeno relatório para a Coordenação pedagógica para ajudar.</i>
P-2	- <i>Com certeza que sim. Além da coordenação e direção da escola é bom também conversar com a família do aluno.</i>
P-3	- <i>Sim encaminho e peço apoio pedagógico.</i>
P-4	- <i>Sempre que percebo encaminho. Não é tarefa fácil trabalhar sem o apoio da coordenação.</i>
P-5	- <i>Faço o encaminhamento e peço apoio.</i>
P-6	- <i>Como alguns alunos de início não demonstram suas necessidades, quando percebo algo diferente já encaminho e peço apoio a coordenação.</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a tabela 4 temos os resultados e discussões: os professores entrevistados respondera que quando percebe que um de seus alunos apresenta transtorno de aprendizado os encaminham um pequeno relatório para a Coordenação pedagógica para pedir ajudar; encaminham para além da coordenação e direção da escola é bom também conversar com a família do aluno; encaminho e peço apoio pedagógico; alguns alunos de início não demonstram suas necessidades, quando percebo algo diferente já encaminho e peço apoio a coordenação.

De acordo com o contexto sobre as dificuldades que os professores sujeitos da pesquisa apresentam, é bom ressaltar que os professores precisam ter consciência de que seu papel é ensinar, e saber que precisam estar em formações continuadas e que necessitam estar atualizados e preparados no uso das novas tecnologias.

Tabela 05: De que maneira tem buscado solucionar os problemas de aprendizado de seus alunos, relacionado a leitura e escrita?

Participante	Resposta
P-1	- <i>Através de atividades lúdicas que trabalham o processo de alfabetização, sobretudo buscando um atendimento individualizado focado na real necessidade do aluno.</i>
P-2	- <i>Faço o que pode nesse sentido, procurei sim as várias formas de poder trabalhar com essas crianças e ver as necessidades delas, exigindo a presença dos pais, trazendo para a escola eventos que possam ajudar tanto a escola quanto aos pais, a terem uma visão, mas ampla de como cuidar dessas crianças na escola.</i>
P-3	- <i>Junto a equipe pedagógica para melhor acompanhar os alunos no aprendizado.</i>
P-4	- <i>As atividades lúdicas ajudam muito no aprendizado dos alunos, como os alunos com necessidades especiais, é melhor trabalhar com eles atividades que lhe prendam a atenção.</i>
P-5	- <i>Não é fácil ensinar os alunos com DI, mas nós professores sempre compartilhamos nossas estratégias de ensino para melhor trabalhar com nossos alunos, e isso tem dado certo.</i>
P-6	- <i>Além das atividades específicas para trabalhar melhor o aprendizado dos alunos, também peço ajuda dos pais no acompanhamento das atividades de seus filhos, acho importante a participação da família no ensino aprendizado dos alunos.</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a tabela 5 temos os seguintes resultados e discussões, vejamos a seguir: *os professores responderam que tem buscado solucionar os problemas de aprendizado de seus alunos, relacionado a leitura e escrita Através de atividades lúdicas que trabalham o processo de alfabetização, sobretudo buscando um atendimento individualizado focado na real necessidade do aluno; faz o que pode nesse sentido, procuram sim as várias formas de poder trabalhar com essas crianças e ver as necessidades delas, exigindo a presença dos pais; juntos a equipe pedagógica para melhor acompanhar os alunos no aprendizado; pedem ajuda dos pais no acompanhamento das atividades de seus filhos, acho importante a participação da família no ensino aprendizado dos alunos.*

Tabela 06: Como você tem lidado com os alunos apresentam dificuldades de aprendizado na leitura ou na escrita?

Participante	Resposta
P-1	- <i>Quando os alunos que apresentam tais dificuldades são identificados eles são encaminhados para um atendimento especializado, fora da escola e em seu contraturno. Essa é a realidade da escola que trabalho e que faz parte da rede pública municipal. E dentro da sala de aula busco atividades voltadas para essa necessidade e dar mais atenção a estes alunos para que os mesmos não se desmotivem e abandone a escola.</i>
P-2	- <i>A equipe pedagógica dar apoio, então além de trabalhar as atividades específicas com os alunos, peço apoio também dos pais dos alunos.</i>
P-3	- <i>Temos muito ainda o que aprender para lidar com os alunos com DI, mas quando trabalhamos com atividades lúdica e dinâmicas os alunos aprendem com mais motivação.</i>
P-4	- <i>Busco sempre trabalhar com atividades ligadas ao cotidiano dos alunos, assim eles aprendem mais.</i>

P-5	- Sempre busco trocar informações com os colegas professores e também pedi que os pais acompanhem seus filhos em casa nas atividades.
P-6	- Tive uma boa preparação para trabalhar com alunos om DI, mas sempre temos situações diferente que precisam de atividades inovadoras para trabalhar com nossos alunos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Passando ao análises da tabela 6 temos os seguintes e resultados e discussões: *segundo os resultados os professores responderam que tem lidado com os alunos apresentam dificuldades de aprendizado na leitura; são encaminhados para um atendimento especializado, fora da escola e em seu contraturno; e dentro da sala de aula busco atividades voltadas para essa necessidade e dar mais atenção a estes alunos para que os mesmos não se desmotivem e abandone a escola; pedem ajudar a equipe pedagógica dar apoio, então além de trabalhar as atividades específicas com os alunos, peço apoio também dos pais dos alunos; busco sempre trabalhar com atividades ligadas ao cotidiano dos alunos, assim eles aprendem mais.* Como vimos os professores buscam lidar com as dificuldades dos alunos com as mais variadas formas diante das situações adversas.

Diante das dificuldades que os alunos com DI apresentam no ensino aprendizado, não podemos esquecer que a escola representa, então um significativo meio de convívio social, favorecendo as relações humanas que trabalham o lado emocional e efetivo dos alunos. As atividades lúdicas como o brincar também é um jeito gostoso de aprender, elas têm todo o direito a uma educação de qualidade.

Ao longo dos anos se tem refletido sobre quais seriam as posturas corretas para trabalhar essa inclusão, bem como quais seriam os possíveis caminhos para atingir essa meta. Neste contexto, e segundo Política de Educação Inclusiva, não é algo fácil de ser resolvida na prática, mesmo que educadores, familiares e comunidade busquem a escola de melhor qualidade para todos. Na escola projeta-se uma imagem que toda a sociedade tem a responsabilidade de incluir esse indivíduo ao seu meio, no entanto, a inclusão necessita de suporte e recursos necessários para propiciar o pleno desenvolvimento do indivíduo, em todos os níveis de conhecimento.

Em tese, uma escola inclusiva é aquela que em seu interior constrói práticas metódicas, as quais não excluem nenhum aluno, principalmente aqueles que já carregam consigo um histórico de preconceito e exclusão. Sabe-se, no entanto, que isso não corresponde à realidade das escolas, muitas das quais resistem diante da ideia

de trabalhar com alunos “diferentes”.

#### **IV. CONCLUSÃO**

Uma educação de qualidade para todos contende-se na atribuição de novas dimensões da escola com intuito na aceitação e na valorização das diferenças, resgatando os valores culturais e respeitando as diferentes formas de aprender. Percebe-se que nas últimas décadas muito se tem debatido sobre um sistema educacional inclusivo, abrangendo as esferas política, cultural, social e pedagógica, tendo a inclusão como um processo dinâmico e gradual, baseado na cooperação/solidariedade, respeitando às diferenças e valorizando as diferenças.

Concluimos com as respostas do primeiro objetivo específico da pesquisa que é identificar os desafios enfrentados pelos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré: os professores responderam que 89% dos professores entrevistados responderam que têm especialização em cursos relacionados ao atendimento de alunos especiais e, 11% dos professores responderam que não têm especialização em cursos relacionados ao atendimento de alunos especiais; 89% dos professores responderam que seus alunos que apresenta dificuldades de aprendizagem nunca têm procurado eles para falar sobre seus problemas (dificuldades); 83% dos professores responderam que têm sabido lidar com os problemas que seus alunos apresentam no aprendizado da leitura e, 17% dos professores responderam e. 35% dos professores responderam que seus alunos apresentam dificuldade na escrita. Como podemos observar os resultados, concluimos que as respostas ao primeiro objetivo da pesquisa são por parte bons, pois a maioria dos professores tem preparação para lidar com as dificuldades encontradas no ensino aprendizados dos alunos com DI, mas alguns professores ainda não sabem lidar com as dificuldades e para que o grupo tenha sucesso para enfrentar as dificuldades encontradas/ identificadas em seus alunos é necessária a preparação de todo o grupo de professores que trabalham com os alunos com DI.

Passando a conclusão do segundo objetivo específico que é conhecer a legislação pertinente à inclusão dos alunos com DI no Ensino Fundamental, os professores responderam que: a maioria dos professores têm especialização em educação inclusiva; os professores conseguem identificar os alunos com DI e buscar

apoio aos mesmo graças ao conhecimento da legislação pertinente à inclusão que os preparam para, também de ter iniciativa juntos as famílias dos alunos com DI. Observando todas as respostas podemos concluir que além que os professores tenham conhecimento das diretrizes, LDB, art. 60 da lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao decreto n° 6.253, de 13 de novembro de 2007, que tem como finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular, mesmo assim os professores não se acham capazes de elaborar um projeto específico.

Passando a conclusão do terceiro objetivo específico que é determinar as implicações que comprometem a inclusão dos alunos com DI Ensino Fundamental da Escola Maria de Nazaré, temos as seguintes respostas: algumas das implicações que os professores responderam foi em lidar com as dificuldades no aprendizado de seus alunos relacionado a leitura e. outros professores responderam que são as dificuldades de lidar com seus alunos no aprendizado na escrita; outras implicações são incluir novas formas pedagógicas, capacitação dos professores para saber lidar com diferentes problemáticas, os alunos e a própria criança com DI precisam participar ativamente de seu processo de inclusão; alguns professores afirmam que os alunos que apresentam dificuldades de aprendizado comprometem às vezes o desenvolvimento dos outros colegas de sala de aula; e outras implicações seriam, além da escola receber alunos especiais, os professores sentem dificuldades em trabalhar com seus alunos são a falta de materiais didáticos adequados. É importante que a escola implantação de salas de recursos multifuncionais, formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado, formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva, adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade, elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade. Todos estes critérios apresentados são necessários para a inclusão aconteça de fato nas escolas de ensino regular.

Finalmente chegando a conclusão do objetivo geral da pesquisa que é analisar a inclusão social dos alunos com necessidades intelectuais, seus desafios e conquistas no Ensino Fundamental da Maria de Nazaré, Município de Arapiraca, Alagoas,

Brasil, temos que: segundo as análises dos resultados temos que os desafios da inclusão dos alunos com DI na instituição escolar pesquisada estão claramente explicitas nos resultados da pesquisa como: por parte que a escola nem todos os professores estão capacitados para trabalhar com educação inclusiva, os professores apresentam dificuldades em lidar com seus alunos no ensino aprendizagem da leitura e escrita, os professores não se sente capazes de elaborar projeto específico para dar um melhor atendimento a seus alunos, a escola tem que rever seu PPP, além de que a escola não possui sala multifuncional para trabalhar os alunos com DI.

Por fim, esse trabalho mostra as evidências e as necessidades de outros estudos acerca de experiências e práticas de inclusão escolar. Ou seja, como os alunos portadores de necessidades educativas especiais estão sendo avaliados, e como eles estão sendo atendidos nas escolas de ensino regular. Novos estudos de caso seriam de grande importância para entendermos o processo de inclusão educacional, incluindo as mudanças e os recursos realizados pelas escolas que se propõem ser inclusivas.

## REFERÊNCIAS

- Brasil. (1988) *Constituição Federal*: Artigo 205. Brasília: Senado Federal.
- Brasil. (1994). *Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos Corde.
- Brasil. (1996). *Constituição Federal Brasileira, 1988. Lei no. 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*.
- Brasil. (2006) *Parâmetros Curricular Nacional: Apresentação dos Temas Transversais e Ética*. Brasília: MEC/ SEF.
- Brasil. (2007) *Carta para o Terceiro Milênio*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura.
- Freire, P. (2001). *Política e educação*. 5ª ed. São Paulo: Cortez.
- Hernandez Sampieri, R.; Collado C. F.; Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*, 3 ed. – São Paulo: MCGRAW-HILL.
- Kauark, F. S.; Manhães, F. C. e Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da Pesquisa: Um Guia Prático*. Bahia. VIA LITTERARUM.
- Maia, Á. A. (2010). *Metodologia Científica: pensar, fazer e apresentar cientificamente*. Imperatriz, MA, 2010.

- Mantoan, M. T. E. (2008). *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna.
- Mittler. P. (2003). *Educação Inclusiva: contextos sociais*. Porto Alegre: Artmed 2003, p.182.
- Unesco. (1994). *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade*. Salamanca, Espanha.